

Soraia Faria

Para: Cris Gaudi
Assunto: RE: Defesa das Àreas de Proteção Total na RAMPA

De: Cris Gaudi <[REDACTED]>
Enviada: 17 de abril de 2025 16:50
Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>
Assunto: Defesa das Àreas de Proteção Total na RAMPA

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,

Na qualidade de cidadã ativamente interessada na preservação do património natural dos Açores, venho por este meio apresentar o meu contributo no âmbito da apreciação pública relativa à proposta de desclassificação parcial da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA), atualmente em discussão na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Manifesta-se aqui **oposição à proposta de permitir a pesca de salto e vara nas zonas classificadas como de proteção total**. Tal alteração comprometeria diretamente os princípios fundadores do diploma aprovado em outubro de 2024, que resultou de um processo participativo alargado, inclusivo e representativo da sociedade civil e dos vários setores ligados ao mar.

Embora reconheça o valor da pesca com salto e vara como **uma técnica de pesca seletiva e de baixo impacto**, esta continua a ser uma atividade comercial e incompatível com os princípios de uma zona de proteção total, de acordo com os critérios científicos e normativos internacionais, como os estabelecidos pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e o MPA Guide.

As zonas de proteção total representam áreas estratégicas para a regeneração dos ecossistemas marinhos, o repovoamento das espécies, a mitigação das alterações climáticas e o equilíbrio das cadeias tróficas. Além disso, são fundamentais para garantir o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no quadro da Estratégia da Biodiversidade da União Europeia, nomeadamente a meta dos 30% de proteção marinha, com pelo menos 10% de proteção total.

A proposta em causa não só compromete os compromissos internacionais, como enfraquece o exemplo de liderança que os Açores têm vindo a dar no domínio da conservação marinha, com potencial impacto reputacional negativo a nível global. Além disso, ignora o processo já em curso para mitigar impactos sobre o setor das pescas, incluindo o desenvolvimento de uma estratégia de reestruturação e os mecanismos de compensação previstos.

Assim, apelo à manutenção da integridade da RAMPA tal como atualmente aprovada, salvaguardando as zonas de proteção total da introdução de qualquer atividade extrativa.

Com os melhores cumprimentos,
Cristina Isabel Borges Gaudêncio
Ponta Delgada, 17 de Abril 2025

